

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: *Políticas de Desenvolvimento*

Data: *16 de janeiro de 1977*

Pg.: *10 Regional*

IBDF não cumprirá meta do PND

FERNANDO BARROS
Da Sucursal de BRASÍLIA

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal encaminhou ao Ministério da Agricultura documento anunciando a redução, em mais de 50 por cento, das metas previstas no II Plano Nacional de Desenvolvimento — PND — para o setor de conservação da natureza. Técnicos do governo creditam esta medida à falta de definição política que marcou, nos últimos anos, as decisões relativas à proteção ambiental no País. Segundo a proposta do II PND, o Brasil deverá proteger, até 1979, 7,1 por cento do território nacional, enquanto o índice oficial apresentado atualmente pelo IBDF (dois anos depois da elaboração do plano) é de apenas 0,28 por cento.

Esses números colocam o Brasil no 69º lugar entre os países que desenvolvem programas de conservação da natureza, ao mesmo tempo em que a extensão do País — quinto do mundo — e os problemas fundiários existentes nos parques e reservas contribuem para agravar esse quadro. Da proposta inicial de 61 milhões de hectares, o IBDF conseguiu criar 2,5 milhões de hectares, 1,3 milhão dos quais ainda carece de regularização fundiária.

A nova meta do Instituto será proteger 18,5 milhões de hectares na Amazônia, que representam metade da previsão inicial, e mais cinco milhões de hectares no resto do País, correspondentes a um quinto do índice estabelecido pelo PND. Ainda assim, o IBDF precisará de aproximadamente três bilhões de cruzeiros para indenizar proprietários de terras e benfeitorias situadas dentro dos limites de parques e reservas, inclusive os que ainda vão ser criados até 1979. A obtenção desse montante é considerada praticamente impossível pelo Departamento de Parques, Reservas e Equivalentes do IBDF, em razão do que as novas metas só poderão ser concretizadas caso as áreas almejadas pelo Instituto sejam declaradas como prioritárias para reforma agrária, a partir do que os custos poderão ser cobertos pelos títulos de dívida agrária, resgatáveis em 20 anos, pelo governo federal.

Contudo, a insuficiência de técnicos, como também de recursos financeiros, levou os especialistas a admitirem a implantação definitiva de apenas 9 milhões de hectares. Os restantes 15,5 milhões deverão receber "um mínimo de proteção possível".

IMAGEM NEGATIVA

Até há dois anos a situação do Brasil era de quase impotência e apatia em relação à conservação e proteção dos recursos naturais. Isto contribuiu para a formação de uma imagem negativa do País junto aos organismos internacionais vinculados ao setor e, como resultado, programas brasileiros nesse campo passaram a carecer de importante assistência técnico-financeira internacional.

Até hoje, mesmo com os substanciais melhoramentos no quadro técnico do IBDF e após a ampliação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, a evidente carencia de força política desses dois organismos faz que entidades internacionais como a União Internacional para Conservação da Natureza — IUCN — e o Fundo Mundial para a Vida Selvagem olhem com descrento as perspectivas anunciadas pelos técnicos brasileiros em congressos internacionais. Nessas reuniões, tornou-se uma constante a aprovação de votos requerendo do governo brasileiro a adoção de medidas efetivas e urgentes no setor conservacionista.

Ainda que surja uma redefinição política considerada improvável por observadores, muitas dificuldades deverão obstruir o trabalho dos organismos federais. Especificamente quanto ao sistema de parques nacionais havia uma falta de planificação que se mostrou um fator decisivo para que muitas reservas fossem criadas aleatoriamente, em resposta a pressões regionais, situações oportunistas ou como resultado do entusiasmo isolado de alguns conservacionistas. Acreditam os técnicos que se esse processo caustico de seleção de reservas prosseguisse, poderia produzir um sistema de unidades de conservação que, além de ineficiente em termos de preservação de ecossistemas, seria muito dispendioso quanto à administração e manejo.

Quanto aos aspectos fundiários e de benfeitorias, três parques nacionais já têm soluções e se preparam para receber este ano planos de manejo e melhorias em suas instalações físicas. Esses parques, que poderão ser os primeiros a receber o reconhecimento da IUCN (segundo a organização nenhum parque brasileiro atende aos objetivos a que se propõe, principalmente tendo em vista que nenhum deles teve ao menos iniciado o seu plano de manejo) também são os de menor área dentre as unidades brasileiras: O de Monte Pascoal, na Bahia, tem 22.500 hectares; o de Brasília, 30 mil e o de Ubajara, no Ceará, apenas quatro mil hectares.

Parques, a última chance

A despeito de, no Brasil, ainda ser discutido o caráter prioritário da implantação de reservas ecológicas representativas dos ecossistemas mais característicos, os governos dos países desenvolvidos e de várias nações em desenvolvimento já aceitam a importância da preservação como um dos pontos de base do desenvolvimento nacional.

O impacto do sistema de Parques Nacionais sobre a economia dos Estados Unidos, por exemplo, foi demonstrado por um estudo realizado pelo professor Ernst W. Swanson, da Universidade de Carolina do Norte, elaborado em 1969. O trabalho indica que os valores arrecadados somente com visitas aos parques nacionais naquele ano, nos EUA, alcançaram um total de 4,7 milhões de dólares.

Já um cálculo feito pelo Departamento do Tesouro norte-americano apresenta uma estimativa de que 20 por cento do total arrecadado com viagens aos parques nacionais é destinado ao governo em forma de impostos federais, o que representou 952 milhões de dólares para os Estados Unidos no ano de 1967. Ernst Swanson demonstrou ainda que o sistema de unidades de conservação propicia a venda de produtos por parte de um grande número de empresas em todo o território norte-americano, que se estimou, no ano estudado, em 6,4 bilhões de dólares. Ele observa também que as viagens, em termos globais, contribuíram no mesmo ano com 5,71 bilhões de dólares para o produto nacional bruto dos Estados Unidos.

ÚLTIMA CHANCE

Não obstante o elevado custo, os conservacionistas brasileiros acreditam que "esta é a última chance que o Brasil tem para preservar ecossistemas únicos".

Acrescentam que "essa atitude poderá trazer uma rentabilidade econômica altamente significativa, principalmente tendo em vista o interesse despertado nos outros países pela Amazônia". Mas, na opinião geral dos especialistas, até agora suas reivindicações não têm ultrapassado o debate a nível técnico. Eles dizem: "Falta sensibilizar aqueles que realmente detêm o poder neste País".

Os técnicos têm procurado demonstrar que um sistema de parques nacionais é, na realidade, um instrumento efetivo de desenvolvimento e não um obstáculo à consecução das metas de crescimento de um País. Uma das justificativas para explicar esse fato é que toda técnica de exploração de recursos naturais no Brasil é estrangeira. Essa tecnologia, que acabamos por importar, destrói o equilíbrio dos recursos naturais renováveis, já que não está adaptada às nossas condições.

Outro aspecto ressaltado pelos especialistas é que um simples Departamento de Parques Nacionais, Reservas e Equivalentes, como o que existe atualmente no IBDF, não tem condições de suportar um programa tão amplo e ambicioso como o brasileiro. As reservas fazem parte da planificação do uso do solo no País e, portanto, não podem ser definidas e implantadas por um organismo isoladamente, sem contar com a colaboração direta e efetiva da Secretaria Especial do Meio Ambiente, da Comissão Nacional de Política Urbana, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e de outros departamentos afins, tanto do âmbito federal, quanto do estadual e municipal.

Ainda a esse respeito, a atual estrutura administrativa do Brasil para controlar o meio ambiente e promo-

ver a conservação da natureza é tida como ultrapassada em relação a vários países, tanto do grupo dos desenvolvidos, como das nações em desenvolvimento, muitas das quais se situam em posição inferior ao Brasil quanto a fatores econômicos. Não se entende como um país como o Brasil não tenha um Ministério dos Recursos Naturais Renováveis. Ao fazerem a afirmação, conservacionistas e mesmo técnicos do setor econômico do governo demonstram a importância da proteção ambiental e da conservação da natureza, apontando a experiência administrativa de países mais desenvolvidos nesse campo, como os Estados Unidos e quase todas as nações européias. Embora com diferenças pequenas, esses países colocam o setor da conservação diretamente ligado à cúpula do poder executivo, para que todos os outros ministérios e departamentos atuem de forma conciliatória com os interesses conservacionistas que, nessas nações, já receberam, em definitivo, a qualificação de interesses tanto econômicos quanto de bem-estar social.

Esse é o caso, apenas para citar dois exemplos, da França, que possui um Ministério do Meio Ambiente, e dos Estados Unidos, que tem a EPA — Agência de Proteção Ambiental — em verdade, um superministério: O que se reivindica para o Brasil não é o mesmo status para o tema da conservação da natureza, mas um organismo centralizante, que atuasse diretamente ligado à Presidência da República, com força política suficiente para garantir o desenvolvimento econômico do País sem desperdícios ecológicos. O Ministério viria mais tarde, como consequência natural do desenvolvimento.